

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O DIÁLOGO E A PARTICIPAÇÃO COMO PRINCÍPIOS FORMATIVOS

Maria Perpétua do Socorro Beserra Soares

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Email: socorrob@ufpi.edu.br

Resumo: A intenção deste artigo é apresentar um recorte da pesquisa de doutorado “Formação continuada de professores dos anos iniciais: contribuições para a construção de uma escola democrática inspirada em Paulo Freire”. O objetivo geral foi analisar os alcances e limites da formação continuada de professores para a prática pedagógica comprometida com a construção de uma escola democrática. Apresenta como problemática, a seguinte questão: que contribuições a formação continuada dos professores tem oferecido para a prática pedagógica do coletivo de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública municipal situada no bairro Jaraguá-SP, tendo em vista a construção de uma escola democrática? O estudo apoiou-se na abordagem qualitativa de acordo com Chizzotti (2011). Os instrumentos de produção dos dados foram: observação participante, análise de documentos Projeto Político-Pedagógico da escola e o Projeto Especial de Ação (PEA) e entrevista semiestruturada com diretor, coordenadoras e professoras. O referencial teórico fundamenta-se na Pedagogia de Paulo Freire (2001, 2013, 2015 e 2016) e os autores: Nóvoa (2009), Imbernón (2010) e A. M. Saul e Silva (2014). Os resultados da pesquisa apontaram que há uma forte presença de dimensões da formação permanente, materializando princípios como o diálogo e a participação evidenciado nos documentos, entrevistas e observações. Embora se reconheça a necessidade de avanços e aprofundamentos de teoria e prática nos procedimentos de formação de professores nessa escola, pode-se dizer que as ações de formação identificadas e analisadas anunciam perspectivas de transformação da prática pedagógica, esteio de uma escola democrática.

Palavras-chave: Formação Continuada de Professores, Formação Permanente, Diálogo, Participação.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte da tese de doutorado “Formação continuada de professores dos anos iniciais: contribuições para a construção de uma escola democrática inspirada em Paulo Freire”, cujo objetivo geral foi analisar os alcances e limites da formação continuada de professores para a prática pedagógica comprometida com a construção de uma escola democrática e como objetivos específicos: identificar o princípio freireano do diálogo na formação de professores e analisar as consequências da participação dos professores em ações formativas, promovidas pela escola, na prática pedagógica. Apresenta como questão norteadora: que contribuições a formação continuada dos professores tem oferecido para a prática pedagógica do coletivo de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública municipal situada no bairro Jaraguá-SP, tendo em vista a construção de uma escola democrática?

A preocupação com a questão “formação de professores” vem se constituindo como constante na minha trajetória de vida pessoal e profissional, pois sou graduada em Filosofia e Letras-Português, exercendo a docência universitária desde 1995 aos dias atuais, lotada no

Departamento de Ciências Sociais, da Educação e Desporto (DCSED), no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí/Campus Ministro Reis Velloso, Parnaíba-PI ministrando disciplinas tanto na graduação quanto na pós-graduação (especialização), participando do colegiado de curso, conselho departamental, monitoria, orientando Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e como membro de grupo de pesquisa, dentre outras atividades.

Ao analisar minha atuação como docente, percebi que sempre estive desenvolvendo um trabalho voltado para o cotidiano dos educadores e de sua formação, contribuindo com a formação de professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental e, ao mesmo tempo, formando-me.

No decorrer do meu percurso pessoal/profissional como docente do ensino superior, percebi que as ações formativas para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, promovidas pelas secretarias de educação municipais e estaduais ou pelas universidades não têm contemplado as reais necessidades do contexto escolar. Essas ações têm se caracterizado como atividades esporádicas com caráter de treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento em formato de cursos, seminários, palestras e oficinas com caráter aligeirado ou, ainda, de matriz tradicional por reconhecer-se que tais iniciativas possam suprir possíveis falhas e lacunas da formação inicial. Essa percepção gerou inquietações e provocou o desejo de buscar novas reflexões e saberes, que pudessem ensejar formações calcadas em um paradigma emancipatório.

Nóvoa (2009) tece críticas a programas de formação de professores que, na maioria das vezes, tornam-se inúteis por oferecer uma variedade de cursos, seminários e ações que caracterizam o atual mercado da formação, baseados na ideia da desatualização dos professores.

Formação acrítica voltada apenas para oferecer conhecimentos úteis ao invés de partir das necessidades e dificuldades dos professores. Na maioria das vezes, é uma formação com caráter compensatório, impostos aos professores e não levam em conta o seu saber/fazer, sua capacidade de criar, de refletir e de agir para produzir mudanças nas suas práticas.

Para Imbernón (2010), há muitas iniciativas de formação e poucas mudanças teóricas devido ao formato de formação transmissora e uniforme, com predomínio de uma teoria descontextualizada, distante dos problemas vivenciados pelos professores; em outras palavras, uma formação genérica e padrão, válida para todos, com base num ideal de professor que não existe.

Como a formação inicial não consegue dar conta sozinha da complexa tarefa de formar os professores, é preciso criar contextos de formação na escola que privilegiem o diálogo e a

participação que propiciem a troca de experiências, vivências e construção de conhecimentos por meio da análise e reflexão da prática pedagógica.

Neste estudo, formação continuada é entendida como uma continuidade, como um processo de desenvolvimento, ao longo da vida e a formação permanente, na perspectiva freireana, é fundamentada no princípio do inacabamento do ser humano e do reconhecimento desse inacabamento. É uma formação que tem uma dimensão política que visa à ação transformadora do sujeito e da realidade.

Dessa forma, a Pedagogia de Freire é uma importante matriz de pensamento que defende uma educação como um ato político, concebe o educador e educando como sujeitos do conhecimento, e tem, como horizonte, princípios de liberdade, autonomia, justiça social e democracia.

Nessa perspectiva, compartilho com a concepção de que a formação é permanente, em virtude do inacabamento do ser humano e o reconhecimento desse inacabamento. A formação prolonga-se por toda a vida pessoal/profissional do professor: “a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca” (FREIRE, 2016, p. 56-57).

A formação na perspectiva freireana propicia ao professor a consciência do inacabamento e a condição de estar sempre num processo de busca, de conhecer, de aprender, de ensinar, de refletir e agir. A formação não se esgota, porque o homem é um ser que indaga, problematiza, dialoga e necessita formar-se num processo constante e ininterrupto.

Quando foi Secretário de Educação da cidade de São Paulo (1989-1991), na gestão da prefeita Luiza Erundina de Sousa, Paulo Freire (2001) tinha o objetivo de implementar uma política curricular com compromisso de construir uma escola pública popular, democrática, autônoma, com a participação ativa de professores, alunos, gestores e a família.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa. De acordo com Chizzotti (2011, p. 28), “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. A abordagem qualitativa possibilita a interpretação dos significados que as pessoas atribuem aos fatos e aos fenômenos e compreende:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o

objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito [...]. O objeto não é dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2005, p. 79).

Desse modo, o sujeito, ao adentrar na realidade como pesquisador, no processo de busca, por meio de observações, análises e reflexões, tem diante de si não verdades absolutas e objetivas. Por estar situado em um contexto social, histórico e cultural de redes estruturadas às quais se atribuem significados, essas vão determinar a intencionalidade de seus atos, as concepções que orientam a sua ação, as práticas que elege para a investigação, os procedimentos e técnicas a serem utilizados.

Os instrumentos de produção dos dados utilizados neste estudo foram: observação participante, entrevista semiestruturada e análise de documentos

A observação participante empregada como o principal método de investigação associada a outras técnicas de coleta de dados, propicia um contato pessoal e direto do pesquisador com o fenômeno observado. Foram observadas as reuniões de formação de professores: JEIF (Jornada Especial Integral de Formação) e PEA (Projeto Especial de Ação). Em conjunto com a observação e a análise de documentos, a entrevista é um instrumento fundamental na coleta de dados na abordagem qualitativa.

A entrevista possui um caráter de interação, uma vez que estabelece uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado. Na entrevista semiestruturada não há a imposição de uma ordem rígida de questões e o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que detém.

A análise de documentos é uma técnica que pode complementar informações obtidas por outros instrumentos de coleta de dados, como a observação e a entrevista, além de poder contribuir para desvelar aspectos novos de um tema ou problema.

A técnica de análise de documentos é valiosa pelo fato de que os documentos constituem uma fonte rica e estável de informações, podendo ser consultados diversas vezes. Os diferentes tipos de documentos escritos podem incluir leis e regulamentos, normas, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, discursos, estatísticas e arquivos escolares.

Os documentos analisados foram: Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental e o Projeto Especial de Ação - PEA com a finalidade de observar os princípios norteadores da formação de professores.

Os partícipes do estudo foram: um diretor, duas coordenadoras e quatro professoras. O contexto da pesquisa foi uma escola pública dos anos iniciais do Ensino Fundamental situada no bairro Jaraguá na cidade de São Paulo - SP no período de agosto a dezembro de 2015.

Com o intuito de preservar a identidade dos participantes, optou-se por identificá-los como: Diretor, Coordenadora 1, Professoras 1, 2 e 4.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados foram organizados em eixos: o diálogo na elaboração do PPP e nas formações de professores: um processo crítico-transformador e a participação da comunidade nas ações de formação.

3.1 O diálogo na elaboração do PPP e nas formações de professores: um processo crítico-transformador

Para Freire, a melhora da educação implica a formação permanente de educadores, fundada na análise da prática por meio do diálogo amplo e aprofundado e da participação ativa dos professores.

O diálogo é um dos temas centrais do pensamento de Freire e constitui-se condição imprescindível no processo formativo. Na concepção de Freire (2013), “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (p.109).

O diálogo não é uma simples conversa ou uma forma de entretenimento ou para fazer amizades. Ao contrário, o diálogo pertence à natureza do ser humano, é uma condição existencial. Como ensina Freire, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2013, p. 108). Dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens.

Para a efetivação da relação dialógica é preciso ter clareza que o diálogo não é um “bate-papo” desinteressado, não é uma mera conversa ou uma imposição em que o professor se considere o detentor da palavra, sem dar a oportunidade para que o aluno se pronuncie, possa “dizer a sua palavra”, não é apenas uma fala sem objetivo entre professores e alunos.

O diálogo foi evidenciado nos registros dos documentos da escola (PPP e PEA) e nas ações formativas.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola pesquisada foi construído, coletivamente, no ano de 2014, com base no diálogo sobre os problemas e as necessidades da Escola, com a participação da equipe gestora, professores, funcionários e da família dos alunos. A proposta é

redimensionada e revisitada sistematicamente, analisada e discutida nos encontros de JEIF (Jornada Especial Integral de Formação), Conselho, Colegiado e Reuniões Pedagógicas, à proporção que se constata a necessidade de melhorá-la e na busca de resolver problemas e desafios apresentados no contexto escolar. O depoimento da Coordenadora 1 reitera essa afirmação.

O Projeto Político-Pedagógico da escola foi elaborado no ano de 2014, através da escuta e do diálogo intensos com o envolvimento da comunidade escolar (diretor, coordenadoras, professores, funcionários e a família). Durante esse processo de elaboração, nós fizemos várias reuniões com os professores, funcionários e a famílias para construir os princípios, o papel da escola, seus objetivos e as ações da escola, a formação de professores identificando as carências, as necessidades, as dificuldades e os interesses da escola e da comunidade (COORDENADORA 1).

Participação conjunta, princípios, ações e a programação com base na realidade situada e datada da comunidade educativa propiciam a inserção coletiva na busca pela superação das dificuldades e o alavancar do sentimento de pertença à escola.

No Projeto Político-Pedagógico da Escola, a categoria diálogo foi referida da seguinte forma:

Temos a escuta e o olhar atentos às necessidades detectadas no cotidiano e, em especial, nas assembleias de alunos, nas quais exercitam o *diálogo* e a cidadania, num coletivo mais amplo que a sala de aula, na eleição dos Representantes de Classe e na eleição do Grêmio Estudantil (PPP, 2014, p. 15) (grifo nosso).

Que os alunos possam produzir conhecimentos que contribuam para a transformação da sociedade, a superação das dificuldades e a humanização das relações entre os homens, utilizando o *diálogo* como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas (PPP, 2014, p.13) (grifo nosso).

O diálogo é um princípio ressaltado no PPP da Escola investigada como condição importante e necessária à finalidade de identificar e buscar respostas coletivas às necessidades e aos problemas vivenciados no cotidiano escolar.

O PPP ressalta os alunos como seres capazes de produzir conhecimentos necessários à transformação da sociedade, destacando a importância da humanização como princípio essencial nas relações entre as pessoas. Aponta o diálogo como requisito básico para estabelecer uma comunicação e ainda, como princípio e prática utilizados na tentativa de superação dos conflitos existentes na escola e fora dela, na tomada de decisões em grupo.

O diálogo como instrumento de comunicação foi encontrado nas reuniões de JEIF e PEA.

A Coordenadora 1 fala da importância de apresentar para os alunos outros padrões de beleza em relação aos contos de fadas. Por exemplo, o cabelo afro é lindo, por que temos que valorizar apenas cabelos lisos e loiros? É preciso desmistificar isso.

A Professora 1 diz:

_ Eu e as Professoras 3 e 4 estamos trabalhando nas nossas aulas os Contos de Fadas respectivamente, princesas indígenas, africanas e dos contos de fadas clássicos. Eu trabalhei na minha aula a história Bom dia todas as cores, da autora Ruth Rocha, para mostrar o respeito e a aceitação de si mesmo e do outro.

Professora 1 diz: _ Eu penso que o caminho é o da reflexão e criticidade acerca dessas questões.

A Coordenadora finaliza a reunião (DIÁRIO DE CAMPO DO DIA 10/11/2015).

Dessa forma, o diálogo verdadeiro não é uma imposição em que uma pessoa se considera a detentora da palavra, da fala e os outros não têm a liberdade de dizer sua palavra, só ouvindo sem se pronunciar. O diálogo verdadeiro consiste na relação coletiva, no encontro onde todos possam se comunicar. Assim, o exercício da comunicação dialógica contribui para desenvolver as relações democráticas na escola e na sociedade.

Na entrevista realizada, o diálogo foi apontado pelas professoras como prática exercida na Escola:

Como professora dessa escola, eu percebo a preocupação do diretor e da coordenadora com os professores, ouvindo a gente, dialogando, sobre as nossas dificuldades, não só nas reuniões pedagógicas, mas todos os dias. Então, nós somos ouvidos e valorizados com as nossas ações, as nossas necessidades (PROFESSORA 1).

O nosso grupo de formação é muito comprometido e a gente se fortalece por meio do diálogo, das trocas, das leituras, dos teóricos que estudamos (PROFESSORA 4).

A formação na Escola se dá por meio do diálogo e da reflexão das necessidades, das inquietações e curiosidades dos professores decorrentes da prática pedagógica. A formação busca atender às demandas apresentadas pelos professores, por meio de socialização de experiências, de saberes e do estudo aprofundado de temas a serem desenvolvidos na sala de aula.

No tocante ao Projeto Especial de Ação-PEA, foi possível encontrar também a categoria diálogo dentre os seus objetivos, o que se pode verificar no seguinte registro:

-fazer dos encontros do PEA momentos de *diálogo* e formação docente;
-envolver o coletivo da escola nesta proposta, através da *participação* e do *diálogo*, emitindo e registrando opiniões com clareza ((PEA, 2015, s/p, grifos nossos).

De acordo com a Coordenadora, os professores participam ativamente da elaboração do documento, do acompanhamento, da supervisão e da avaliação da formação continuada.

3.2 A participação da comunidade nas ações de formação

Conforme Freire a comunidade escolar é constituída por gestores, professores, funcionários de apoio, alunos, família e comunidade do entorno. O empoderamento desses sujeitos da prática educativa decorre da efetiva participação.

Para Freire (2015) a participação significa:

A participação enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania se acha em relação direta, necessária, com a prática educativo-progressista, se os educadores e educadoras que a realizam são coerentes com seu discurso (FREIRE, 2015, p.86)

Participar significa ter direito de discutir, compartilhar decisões coletivas e contribuir com seus desdobramentos e consequências. A defesa de que todos possam ter voz, nos diferentes níveis de decisões, inclui os professores, os gestores, os zeladores, os cozinheiros, os vigias que trabalham na escola, a família dos alunos que, ao refletirem criticamente sobre a realidade da escola e da sala de aula, sobre os problemas e desafios da comunidade escolar, exercitam a autonomia e contribuem para a formação de sujeitos críticos, dialógicos, responsáveis e solidários.

A participação, como uma necessidade fundamental do ser humano, possibilita o desenvolvimento do pensar crítico e reflexivo, a capacidade de criar e recriar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa.

Segundo Freire, a participação está relacionada ao compartilhar decisões, dividir o poder e ter a plena convicção política de seus atos. Significa que todos possam ter voz nos diferentes segmentos do poder. Para o autor,

Para nós, a participação não pode ser a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. [...] implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado [...]. Participação popular para nós não é um *slogan* mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática da cidade (FREIRE, 2001, p. 75).

A participação, nas ações de formação de professores, significa conhecer e valorizar necessidades e dificuldades dos educadores no seu fazer pedagógico em sala de aula, além disso significa também estimular o exercício constante do diálogo e de se colocar no lugar do outro, de respeitar as suas demandas e de buscar soluções para essas questões.

Vale salientar que, a participação é uma vivência coletiva, que se aprende decidindo coletivamente, de modo que as decisões possam realmente expressar as necessidades sentidas pelos professores. Freire explicita a sua compreensão de participação:

Participar é bem mais do que, certos fins de semana, “oferecer” aos pais a oportunidade de reparando deteriorações, estragos das escolas, fazer as obrigações do próprio Estado [...] Participar é discutir, é ter voz, ganhando-a na política educacional das escolas, na organização de seus orçamentos (FREIRE, 2001, p. 127).

É fundamental ter voz para o avanço da democratização na sociedade. Por essa razão, a participação não pode reduzir-se à prestação de serviços esporádicos para minimizar a responsabilidade do Estado de cumprir as suas funções. A autonomia da escola não implica o Estado se omitir do seu dever de oferecer educação de qualidade e em volume suficiente para atender a demanda social. As classes populares precisam lutar para que o Estado cumpra com o seu dever.

À proporção que aumenta a participação, constrói-se a democracia, o que implica práticas dialógicas, antiautoritárias e maior poder de decisão. Assim, a ação dos professores, coordenadores, diretores e funcionários no contexto escolar precisa ressaltar “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (FREIRE, 2014, p. 19).

Participar contribui para o fortalecimento da consciência crítica, mas construir uma cultura da participação não é algo fácil. Segundo A. M. Saul e Silva (2014) o que ocorre na organização do fazer educativo convencional é a predominância da troca de interesses individuais, administrativos e funcionais das pessoas e minimizam o foco político-pedagógico dos momentos de construção coletiva da comunidade escolar, em que são negadas aos sujeitos uma participação efetiva.

A prática da participação presenciada na escola se dá de formas variadas: na elaboração de documentos, nos encontros de formação, nas reuniões, no planejamento e realização de festas, passeios, visitas e no envolvimento das atividades realizadas, contribuindo com a construção de uma escola democrática.

Como no excerto retirado do PEA, observou-se a participação da comunidade na escola investigada. “A comunidade, por sua vez, deverá ter intensificada sua participação na escola e parceria na vida escolar de seus filhos” (PEA, 2015, s/p).

O PEA ressalta a participação como um princípio importante, que ganha vida no compartilhamento de ideias, respeito ao outro, na garantia de igualdade nas decisões e na busca pelo envolvimento do coletivo nas ações delas decorrentes.

Freire (2001) faz uma crítica em relação a determinadas formas de participação na escola, como a prestação de serviços para amenizar as responsabilidades que o poder público não está cumprindo, a contribuição em cotas a fim de comprar material escolar ou na realização de festas, promovidas pela escola. Um exemplo disso foi observado quando as professoras dos 1º anos A, B e C, por meio do trabalho coletivo, participaram na quadra da escola, ensaiando com os alunos as coreografias das músicas “O Rio de Piracicaba” (de Tonico e Tinoco) e “Coisas da antiga” (da cantora Clara Nunes) para a apresentação na “Festa da Primavera”.

Essas formas de participação mais se aproximam de feições colaborativas dentro do perfil delineado por Gandin (2001). O autor ressalta que a participação como colaboração, que é o nível mais frequente, em que as pessoas são chamadas para contribuir, porém a decisão já foi tomada pela autoridade. De acordo com Gandin, não se pode chamar verdadeiramente de participação a prática de colaboração.

A participação dos professores foi destacada como uma categoria importante nas falas dos sujeitos:

A participação dos professores é importante na tomada de decisões, na implementação do Projeto Político-Pedagógico, nas reuniões de formação de professores e nos projetos interdisciplinares e transdisciplinares da escola. A gente procura garantir tudo o que a equipe precisa para desenvolver esses projetos, seja na área de recursos humanos ou recursos financeiros (DIRETOR).

Sempre quando nós precisamos pensar em algo para a escola, pensar nas necessidades da escola, nas necessidades dos alunos, nas nossas necessidades, na melhor forma de montagem de salas, montagem de turmas, então a gente decide isso participando dos momentos coletivos. (PROFESSORA 2).

Os depoimentos do diretor e da professora 2 enfatizaram a valorização da participação, principalmente na elaboração e implementação do PPP da escola, nos projetos interdisciplinares e transdisciplinares, desenvolvidos na unidade escolar e nas reuniões de formação de professores. Nas falas dos entrevistados, fica evidente a compreensão de que o trabalho coletivo propicia a discussão em torno das demandas relacionadas a lacunas decorrentes na formação, bem como aquelas advindas do cotidiano escolar, na tomada de decisões, montagem de turmas. As manifestações dos professores confirmaram a valorização e a força da participação no processo educativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação permanente freireana tem como dimensões o diálogo e a participação, com a finalidade de conhecer as necessidades, inquietações e curiosidades dos educadores, advindas

da prática pedagógica, com vistas à revisão das práticas que equacionem as problemáticas do cotidiano escolar.

Na análise de documentos, constatei que o Projeto Político-Pedagógico reconhece o diálogo crítico e a participação como princípios balizadores do movimento da Escola, para conhecer os anseios da comunidade a respeito da educação, da sociedade, da escola, do currículo escolar e do processo ensino-aprendizagem, tendo como horizonte a transformação da escola.

O PEA ressalta a participação como um princípio importante que ganha vida no compartilhamento de ideias, respeito ao outro, na garantia de igualdade nas decisões e na busca pelo envolvimento do coletivo nas ações delas decorrentes.

Um dos limites da formação, pesquisada no contexto dessa Escola, refere-se ao número reduzido de professores que frequentam os momentos formativos. Para equacionar esse problema, faz-se necessário organizar o tempo pedagógico, incluindo horário das aulas, de modo a permitir a convergência de horários de planejamento e estudo dos professores, mesmo que essa convergência se configure em horários por série/área. A participação como envolvimento dos implicados, precisa envolver a todos, ao mesmo tempo.

A análise de documentos, a realização de entrevistas, a observação de encontros de formação me levaram a dizer que a materialidade de dimensões que constituem a formação permanente, tais como o diálogo e a participação se apresentaram com mais vigor no plano das intencionalidades – PPP, PEA e falas dos sujeitos - do que no plano das ações formativas.

A aproximação, o apoio e a colaboração entre a universidade e a escola, com a participação dos especialistas das diferentes áreas do conhecimento, é importante para desenvolver ações de formação de áreas específicas de atuação dos professores.

É de fundamental importância proceder ao levantamento das necessidades e dificuldades dos professores, mediante o diálogo e a participação para conhecer os seus problemas. Conhecer os interesses, inquietações e curiosidades dos professores possibilita realizar ações formativas a curto, médio e longo prazo.

Vale ressaltar que é preciso lutar por melhores condições de trabalho, salários dignos, valorização profissional, espaço-tempo de formação para refletir criticamente sobre a prática com vistas à construção da autonomia profissional docente. Formar-se permanentemente é um compromisso ético-político do educador, independentemente de certificação. Por essa razão, os pressupostos freireanos constituem-se como uma matriz de pensamento importante e necessária nas práticas formativas e como fonte inesgotável de possibilidades para os programas e políticas de formação de educadores na atualidade.

Seja pela presença, seja pela ausência de materialidade dos princípios da formação permanente, o estudo aponta perspectivas para que a escola pública envide esforços nessa direção, por considerar que a pedagogia freireana apresenta elementos que permitem melhor dialogar com as situações desafiadoras em que vivem as crianças que acorrem à escola pública.

5 REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 54.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 36.ed. rev. atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Política e educação: ensaios**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GANDIN, Danilo. **A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção da realidade**. 2001. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf>. Acesso em: 27 de maio 2017>.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NÓVOA, António. **Professores: imagens de um futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria Regional de Educação Pirituba. EMEF. **Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo, 2014, 40p.

_____. **Projeto Especial de Ação – PEA**. São Paulo, 2015, [s/p].

SAUL, Ana Maria; SILVA, Antônio F. G. da. Pesquisando políticas de currículo em um mesmo território: o pensamento de Paulo Freire em sistemas públicos de ensino. In: SAUL, Ana Maria; AGUIAR, Denise Regina da C. (Orgs.). **Políticas e práticas curriculares: contribuições de Paulo Freire**. Curitiba, PR: CRV, 2014, p. 11-34.